

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **VARIA EPIGRAPHICA.**

ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira

Ano: 1967 | Número: 77

---

### **Como citar este documento:**

ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira, Varia epigraphica.  
*Revista de Guimarães*, 77 (1-2) Jan.-Jun. 1967, p. 47-69.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# Varia Epigraphica

(Continuado de p. 358 do vol. LXXVI)

Por JUSTINO MENDES DE ALMEIDA

e  
FERNANDO BANDEIRA FERREIRA.

---

## XX. UMA ARA CONSAGRADA À «MATER DEVM» (1)

1. Em 13 de Junho de 1966, um de nós (M. G. M.), ao passar pela montra de um antiquário de Cascais, viu em exposição uma pequena ara e uns fragmentos de mosaico romanos, que logo adquiriu.

No acto da compra, foi informado pelo vendedor de que uma e outros haviam sido encontrados nas «cercanias de Borba», não tendo podido obter dele indicações mais precisas.

Posteriormente (2), durante investigações a que procedeu na região borbense, M. G. M. conseguiu avistar-se com o achador da ara e dos fragmentos, que lhe declarou que eles provinham da grande estação arqueológica da Senhora dos Mártires, a sueste de Estremoz, da qual faz parte o conhecido «tanque dos Mouros».

Não podemos, evidentemente, garantir a veracidade desta segunda informação; contudo, ela não só não contradiz a primeira, como possui certo grau de plausibilidade, pois nessa estação têm sido descobertos, pelo menos desde o século XVIII, numerosos monumentos lusitano-romanos, como moedas, sepulturas e mesmo algumas inscrições (3).

---

(1) Com a colaboração de Manuel Gustavo Marques.

(2) Em Janeiro de 1967.

(3) Cf. Fr. Agostinho de S.<sup>ta</sup> Maria, *Santuário Mariano...*, VI (1718), pp. 144-48; Pinho Leal, *Port. Ant. e Mod.*, s. u. *Estremoz*, p. 80; Marques Crespo, *Estremoz e o Seu Termo «Regional»*. Estremoz, s. d. [1949?], pp. 5 e sgs.; J. Filipe Mendeiros, *Estre-*

2. A ara, que é de granito branco, tem as seguintes dimensões:

Altura .....	0,340 m.
Largura (na cabeça) .....	0,160 m.
Largura (na base) .....	0,158 m.
Espessura (na cabeça) .....	0,077 m.
Espessura (ao centro) .....	0,054 m.
Espessura (na base) .....	0,085 m.

No aspecto plástico, é um trabalho rude, de artista medíocre que se contentou em modelar em baixo-relevo e apenas na face anterior os *cornua* e o frontão que, em monumentos congêneres mais cuidados, costumam ser esculpidos em «ronde-bosse».

3. Passemos, agora, ao estudo do texto:

1.<sup>a</sup> *linha*: situa-se na cabeça da ara, estando cada um dos caracteres exarado num dos três ornamentos aí modelados. Lê-se sem dificuldade M D S. Caracteres de 3,0 cm. de altura.

Aproximando este monumento do de Emérita, publicado no *Supplementum* do vol. II do *CIL*, sob o n.º 5260 (4), e da ara descoberta nos arredores de Beja e estudada por Leite de Vasconcelos em artigo publicado na *Brotéria*, XX (1935), pp. 255-257 (5), interpretamos as siglas em referência como M(*atri*)D(*eum*)S(*acrum*), pois esta grande divindade frígia é normalmente assim

*moz e as suas gestas*, in *Alentejo. Boletim da Junta de Prov. do Alto Alentejo*, n.º 1 (1956), pp. 67-68; etc.

Durante as visitas que efectuámos — M. G. M. em Janeiro e J. A. e B. F. em 18 de Março de 1967 — aos Mártires, recolhemos algumas amostras de cerâmica de construção (fragmentos de *tegulae*, *lateres* e *imbrices*) e de recipientes, também da época lusitano-romana.

(4) Uma boa fotografia deste monumento pode ver-se na *Historia de España*, dir. por Menéndez Pidal, vol. II, p. 438.

(5) Este estudo voltou a ser publicado, quase sem alterações, no vol. XXX, pp. 123-125, d' *O Arch. Port.*, incluso no trabalho *Epigrafia do Museu Etnológico (Belém)*.

designada (6). No entanto, não podemos rejeitar inteiramente a hipótese de o *S* significar *Sancta*, *Sanctissima* ou *Salutaris*, porque a deusa teve, ainda que raramente atribuídos, estes epítetos (7).

Como se pode verificar em qualquer boa obra de mitologia clássica, o culto da *Mater Deum*, vulgarmente conhecida por Cíbele, teve larga difusão no Império Romano, sobretudo do séc. II em diante (8).

(6) Só nos vols. II, IX, X, XII e XIV do *CIL*, encontramos mais de 25 textos em que a deusa é assim designada, entre eles o *Capera*, na Lusitânia (*CIL*, II, 805), e o de *Corduba* (*Id.*, *Suppl.*, 5521). Um texto de Olisipo (*Id.*, II, 178) apresenta a mesma forma mas com o genitivo ao princípio: *DEVM MATRI*, o que não é muito vulgar (cp. *IDAEAE MATRI* [*Id.*, XII, 1]).

Outras designações frequentes: *Mater Deum Magna*, *Mater Deum Magna Idaea*, *Mater Magna*, *Mater Magna Idaea*, etc. Noutro texto olisiponense, a deusa tem os seguintes epítetos: *Mater Deum Magna Idea* [*sic*] *Phrygia* (*Id.*, II, 179).

A grande categoria da Mãe dos Deuses fica bem demonstrada por um texto de Rufraes (*Id.*, X, 4829), em que ela apresenta a própria *titulatio* de Júpiter: *Mater Deum Optima Maxima*.

Sobre outros epítetos, incluindo os helénicos, v. Pauly-Wissowa, *REALENC.*, XXII (1922), *s. u. Kybele* (particularmente o parágrafo *Beinamen*).

Quanto à inscrição, atribuída por Hübner à *Ciuitas Igaeditanorum*, em que se lê «*Deae. Magnae. Cibeleis*» (*CIL*, II, 57\*), só poderá ser aceita como genuína após o descobrimento de monumentos que se lhe assemelhem, sobretudo no que se refere ao nome de *Cybele*, pois este é muito raramente usado em textos epigráficos, embora ocorra com frequência em obras literárias (v. por exemplo, *Catulo*, *LXIII*).

(7) Igual observação se pode fazer aos citados textos de *Emerita Augusta* e *Pax Iulia*.

Sobre estes epítetos, v. *CIL*, VIII, 4846 (*M D M I S A N C T I S S I M A E* [*para evitar dificuldades de carácter tipográfico, desligámos os nexos que este vocábulo contém*]), 8203 = 19981 (*M. D. M. I. S A N C T A E*), etc.; IX, 424, em que figuram as siglas *M. D. I. S.*, que Th. Mommsen desenvolveu em *M(ater) D(eum) I(daea) S(anctissima)*; Daremberg et Saglio, *Dict. des ant. grecques et romaines*, fasc. XI (1887), *s. u. Cybèle*, pp. 1689-1690; e a col. 2297 do art. cit. da *REALENC.*

(8) Acerca deste ponto, v., além dos diferentes volumes do *CIL*, o art. cit. da *REALENC.*, sobretudo o parágrafo intitulado *Verbreitung des Kultes*.

Salientaremos que dos monumentos peninsulares que lhe dizem respeito dois datam de 108 d. C. (*CIL*, II, 179) e 238 (*Id.*, II, *Suppl.*, 5521), e que as inscrições mencionadas de Beja e de Mérida estão exaradas em caracteres do II século.

Sobre o culto da deusa na Lusitânia, v. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, III, pp. 328-334 e 622; R. Lantier, *Les dieux orientaux*,

Na Península foi adorada especialmente por indivíduos de origem oriental, a quem se deve certamente a introdução e a divulgação, aliás restrita, do seu culto entre as populações indígenas. Assim o demonstram, entre outras, as já citadas inscrições de Olisipo, dos arredores de Beja e de *Corduba*.

No entanto, logo indivíduos de outras nações aceitaram a deusa, como se depreende dos referidos textos de Cápera e Emérita e do de *Mago*, na *Balearis Minor* (*CIL*, II, 3706), que nos diz que dois cidadãos romanos, que parecem não ser de origem oriental, «de sua pecunia» ergueram um «templum Matri Ma(gnae) Atthin(i)» (9).

2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linhas: lê-se sem dificuldade I. MAXIMIANVS, em que I está por *Iulius*, *nomen* vulgaríssimo e por isso muitas vezes reduzido a sigla (10). Segue-se ALP que julgamos abreviatura, não de segundo *cognomen*, mas de adjectivo pátrio: Alp(*inus*), Alp(*icus*) ou, menos provavelmente, Alp(*ensis*), o que significaria ser o dedicante originário de uma das províncias dos Alpes, acaso da *Provincia Alpium Maritimarum*, que abrangia duas antigas colónias gregas, *Níxaua* e *Móvoικος*, que mantinham relações com a Hispânia mesmo antes do domínio de Roma (11).

---

*taux dans la Peninsule Ibérique*, in *Homenagem a Martins Sarmento...*, Guimarães, 1933, pp. 185-190 (com indicações bibliográficas importantes); S. Lambrino, *Les divinités orientales en Lusitanie...*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*, Nouvelle série, XVII (1953), pp. 93-129 (igualmente com vasta bibliografia); etc.

Tem também certo interesse a nota 6 da p. 129 das *Mem. Eccles. do Reino do Algarve...* (Lisboa, 1786), de Frei Vicente Salgado. Haverá relação entre a grande estátua de mármore de Sula-testa aí mencionada, «que parece de Cybéles [*sic*]», e a inscrição citada dos arredores de Beja?

(9) Átis, o favorito da *Μήτηρ μεγάλη*, aparece associado a esta em muitas outras inscrições. V., por exemplo, *CIL*, IX, 1538, 1540 e 3146; X, 6074; XIV, 3534; etc.

(10) V., entre muitos outros exemplos, *CIL*, II, *Suppl.*, 5150 (Marim [Olhão]), e Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa, 1944, p. 272.

(11) Como se pode verificar em qualquer tratado de epigrafia romana, era regra indicar a *patria* por um derivado do nome da povoação onde o indivíduo nascera. No entanto, esta regra teve, como não podia deixar de ser, algumas excepções. Sirva

Caracteres, de 2,2/2,5 cm de altura, na segunda linha; 2,7/2,9 na terceira.

4.<sup>a</sup> linha: aproximando o conteúdo desta linha das expressões «pro Pompeia Prisca» e «pro Cryside [*sic*]», respectivamente dum monumento consagrado a Endovélico, achado em S. Miguel da Mota<sup>(12)</sup>, e dum texto de Guimarães<sup>(13)</sup>, pensamos que HMNE esteja por HIMNE ou por HYMNE, sendo, portanto, uma forma de ablativo do nome feminino *Hymnis* (< gr. 'Υμνίς), paralela da da flexão em *d* (< gr. δ) que é a comumente registada<sup>(14)</sup>.

Nesta hipótese, teríamos um mero engano do lapicida — que simplesmente se esqueceu de exarar o *I* (ou o *Y*) —, ou o *H* estaria pelo nexu *H* (= *HI*)<sup>(15)</sup>.

O nome *Hymnis* é documentado pelo menos por outra inscrição da Península<sup>(16)</sup>.

A expressão «pro H[*i/y*]mne» deve estar pela fórmula «pro salute *Hymnis*», pois, como já vimos, entre os epítetos da *Mater Magna* figurava o de *Salutaris*.

de exemplo, para não sair da Lusitânia, o *C. Iulius Felix, Cappad(ocius* ou *-ox)*, de Olisipo (*CIL*, II, 224).

Também é de considerar, ainda que pouco provável, a hipótese de ALP ser a fórmula, tão corrente, A(*nimo*) L(*ibens*) P(*osuit*) ou A(*ram*) L(*ibens*) P(*osuit*).

<sup>(12)</sup> Cf. *CIL*, II, *Suppl.*, 6265.

<sup>(13)</sup> Cf. *CIL*, II, *Id.*, 5569.

<sup>(14)</sup> V., por exemplo, F. Gaffiot, *Dict. ill. latin-français*, s. u. Sobre este antropónimo e as suas flexões, v. *CIL*, I, 1059, 1206 [= *CIL*, X, 4052] e talvez 982; K. E. George, *Lat. — Dents. Handwörterbuch*, I, s. u.; e, sobretudo, Forcellini, *Lex. tot. Lat.*, V (*Onomasticum*), s. u.

A concorrência, no antropónimo em causa, da flexão de tema em *i* com a de tema em *d* pode facilmente explicar-se por *contaminatio* de nomes que tinham essas duas flexões como *Cypris*, *Epicharis*, *Isis*, *Procris*, *Semiramis*, *Tbestylis*, etc. Um caso semelhante, embora inverso do que julgamos existir no texto em análise, verifica-se numa inscrição de Histónio (*CIL*, IX, 2910), em que se lê «...cum Vesullia *Nemeside* matre».

<sup>(15)</sup> Cf. *CIL*, II, *Suppl.*, 5833, onde *N* está por *NI* (= *NI*), duas vezes; XI, 3171 (?); XII, 5675, em que há igualmente um *N* por *NI* e se encontra um *V* por *v* (= *VI*); etc.

<sup>(16)</sup> *CIL*, II, 4375 (*Tarraco*) e talvez 3452 (*Carthago Noua*). Sobre o uso de *Hymnis* noutras regiões do Império, v., por exemplo, *CIL*, V, 3274; IX, 1269, 3063, 3190, etc.; X, 28 e 4052; XII, 4719; etc.

Esta hipótese tem o apoio, entre outras, da inscrição já mencionada de Córdova e de várias da África Menor e da Gália Narbonense (17).

Letras de 2,3/3,0 cm de altura.

5.<sup>a</sup> linha: em caracteres de 1,9/2,5 cm de altura, alguns dos quais foram atingidos por pancadas, lê-se facilmente PECVLIVM (18), subentendendo-se talvez «dedit».

Eis, no seu conjunto, a lição que preferimos:

«M(atrī) D(eum) S(acrum). / I(ulius) Maximi/anus, Alp(inus), / pro H[i/y]mne peculium.»

4. Considerando o tipo das capitais rústicas em que o texto está exarado, atribuímos o monumento ao séc. II d. C.

#### XXI. ALGUMAS APOSTILAS AO OPÚSCULO *POVOS BALSENSES* DE ESTÁCIO DA VEIGA

Porque se completa este ano o primeiro centenário da sua publicação, decidimos consagrar um dos números dos *Varia epigraphica* ao pequeno mas tão importante livro de Estácio da Veiga, *Povos Balsenses: Sua Situação Geographico-Physica Indicada por Dous Monumentos Romanos recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares distante Seis Kilometros da Cidade de Tavira*, em que o emérito arqueólogo, que viria a imortalizar-se com aquela obra magistral que é *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, noticia e descreve o achado de duas inscrições lusitano-romanas na Torre de Ares, que lhe permitiram, seguindo a opinião, que transcreve, de Francisco Martins de Andrade, impugnar a tese tradicional da localização de Balsa.

(17) *CIL*, VIII, 2230, 4846 e 8203 = 19981; XII, 251, 1222, 1567, 1569, 1745 e 4323.

(18) *Peculium*, apesar de aparecer muito raramente em inscrições, não é inédito neste tipo de textos: v. *CIL*, III, 287 (EX PECVLIO IP/SEIVS SCRIPSIT), 2040 (DE SVO . PECVLIO), etc.

Referiram-se a esta cidade da Lusitânia meridional, entre outros, Pompónio Mela, Plínio-o-Velho, Ptolemeu de Alexandria e o *Itinerário* dito de Antonino (19).

Baseados na circunstância de ela se situar entre Ossónoba e Besúris, que eram identificadas respectivamente com Faro ou Estoi e com Aiamonte, e nas distâncias indicadas no *Itinerário* já mencionado, vários eruditos, pelo menos desde o século XVI, localizaram Balsa em Tavira.

Sirva de exemplo André de Resende que escreveu nos *Libri quatuor de antiquitatibus Lusitaniae*, sob a rubrica *De Balsa* (fol. 180 da edição de Évora, 1593), as palavras seguintes:

«Olim vocatam Balsam, eam esse conijcimus, quae nostro tempore Tauilla nominatur, maxima Algarbij ciuitas.»

É a Francisco Martins de Andrade e sobretudo a Estácio da Veiga que se deve a revisão de uma tese que parecia definitiva e a localização, até hoje não impugnada — pelo menos com fundamentos sérios —, de Balsa na área compreendida entre St.<sup>a</sup> Luzia e a Senhora da Luz e que abrange a Torre de Ares, as Antas e o Arroio.

\*

A admiração que manifestámos pelo opúsculo em referência não nos impede, todavia, de aproveitar esta oportunidade para rectificar algumas das inexactidões que nele se encontram.

Principiaremos pela lápide de *Blossius Saturninus*, encontrada pouco antes de 20 de Setembro de 1742 em Torrejão, «junto da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Balesam» e publicada no *Suplemento á Gazeta*

---

(19) Duas curtas mas eruditas exposições relativas a Balsa podem ler-se no *CIL*, II, p. 4, e *Suppl.*, pp. 785-786. V. também o artigo, igualmente de Hübner, *Monumentos de Balsa*, in *Rev. Arch. e Hist.*, I (1887), pp. 33-38. Todos estes trabalhos do illustre epigrafista germânico tomam já em consideração as investigações de Estácio da Veiga.

de Lisboa daquela data e inclusa depois por Luís Cardoso no *Diccionario Geografico...*, t. II, p. 23, por F. Pérez Bayer no seu *Diário* <sup>(20)</sup> e por Fr. Vicente Salgado nas *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, pp. 129-130 <sup>(21)</sup>.

Afirma-se em *Povos Balsenses* (p. 19) que este último autor «deixou noticia de que nas vizinhanças de Tavira se descobriu» essa lápide.

Trata-se de um lapso de Veiga que leu um pouco apressadamente o passo de Salgado em referência e que parece não ter conhecido a notícia inserta na *Gazeta de Lisboa*: a cidade da frase das *Memorias* «... o... Senhor Bispo de Béja tem ajuntado das vizinhanças daquella Cidade» é Beja e não Tavira, como duma leitura cuidada facilmente se depreende.

Além disso, a interpretação e, consequentemente, a tradução desse texto epigráfico, uma e outra devidas também a Martins de Andrade, não são de aceitar: com efeito, *Galeria* não é nome de uma mulher; *Arniensis* — que está por *Arniensis* — é a designação da tribo a que pertenciam os cidadãos da *Colonia Iulia Neapolis* (de que era oriundo Blóssio Saturnino) e não pode ser traduzido, portanto, por «arenosa»; etc.

Porque foi encontrada na «fazenda do Trindade» que se situa nas proximidades de St.<sup>a</sup> Luzia, Estácio incluiu também no seu livrinho o estudo, em grande parte devido a Hübner, de uma pequena ara funerária com uma inscrição em grego. Esse estudo é ilustrado por um desenho a que dedicaremos igualmente algumas palavras.

Como anos depois o mesmo investigador alemão voltou a se ocupar do monumento no vol. II do *CIL* (cf. *Supplementum*, n.º 5171 [e pp. 1028 e 1047]), ao apreciar o que acerca dele se escreveu em *Povos Balsenses*, comentaremos também as linhas que lhe foram dedicadas naquela obra.

É bastante bom o desenho apresentado por Estácio da Veiga, mormente se atendermos à época da sua elaboração; muito esquemática a representação do *CIL*,

<sup>(20)</sup> Ap. O *Arch. Port.*, XXIV, p. 117.

<sup>(21)</sup> Veio também a ser publicado no *CIL*, II, sob o n.º 105. A Hübner não escapou a origem pacense do monumento.

o que plenamente se justifica por a este interessarem apenas os textos.

Confrontando desenho e representação com o original que analisámos no Museu Nacional de Arqueologia, onde se encontra com o registo de entrada n.º E-6405, pudemos notar, entre outras, as seguintes divergências:

a) — A parte superior da árula, que falta completamente no *CIL*, não está bem reproduzida em Estácio: as folhas que ornamentam o frontão são, na realidade, menos pontegudas;

b) — À saudação exarada no cimo da ara faltam no *CIL* os pontos de que Estácio, porém, se não esqueceu;

c) — Na linha inicial do corpo do texto, a primeira haste vertical do N está hoje sumida (pensamos que já assim se encontraria em 1866);

d) — Na quinta linha, o segundo Y (que Estácio da Veiga reproduz como I) mal se nota; o A, que no *CIL* tem um traço horizontal, é cortado obliquamente em Estácio da Veiga, o que está certo;

e) — Na sexta linha, não se distingue o travessão do alfa;

f) — Na sétima linha, a metade inferior do I já se não vê;

g) — Na oitava linha, a segunda haste vertical do M está truncada na parte de baixo;

h) — Na nona linha, a barra horizontal do segundo H não se distingue;

i) — Na palavra exarada na base da árula, a primeira haste oblíqua do primeiro A não está completa, o que se reproduz fielmente no desenho de Estácio mas não no *CIL*.

j) — Finalmente, a face lateral esquerda (do observador) da árula contém uma *columba* e a direita *wae* e não respectivamente uma *patera* e *wva* como se diz no *CIL*. Estes pormenores são omitidos no desenho de Estácio da Veiga, que só representa a face anterior do monumento.

O texto pode, pois, representar-se da forma seguinte:

X E . P E . T E .

E	Y	H	N	O	C		
K	A	I	A	N	T	I	O
I	Δ	Ω	T	E	K	N	W
T	A	T	I	A	N	W	
Γ	Λ	Υ	Κ	Τ	Α	Τ	U
Z	H	C	A	N	T	I	
E	N	I	A	Y	T	O	N
K	A	I	H	M	E	P	A
M	N	H	M	C			C
X	Δ	P	E	I	N		

X E P E T E

ΑΥΤΑ

*Leitura:* vamos omitir a reproduzida por Veiga a pp. 27 de *Povos Balsenses*, pois os muitos erros que comporta devem ser atribuídos a dificuldades de impressão e de revisão de textos gregos na época da publicação do livro; assim, apenas nos deteremos na leitura apresentada por Hübner no *CIL* e que é a seguinte: «Χέρετε. Εἰρηός και Ἀντιοχείς ἰδίῳ τέκνω Τατιανῷ γλυκντάτω, ζήσαντι ἐνιαυτὸν και ἡμέρας ἕ. μηνῆς χά:ειν Χέρετε: [τ]αῦτα.»

Vê-se, portanto, que Hübner apenas acentuou e pontuou o texto, não completando a flexão das palavras. De maneira diferente procedeu Leite de Vasconcelos (cf., por ex., *Religiões*, III, p. 346), para não falar do editor das inscrições gregas do Louvre, W. Froehner (cf. *Les inscriptions Grecques*. Paris, 1865). A nós parece-nos mais consentâneo com as normas da ortografia grega, desenvolver o texto como o fizeram os dois eruditos que acabamos de citar. Nestes termos, teríamos:

«Χέ:ετε . Εἰρηός και Ἀντιοχείς ἰδίῳ τέκνω Τατιανῷ γλυκντάτω ζήσαντι ἐνιαυτὸν και ἡμέρας ἕ μηνῆς χά:ειν . Χέ:ετε . [T]αῦτα.»

*Tradução:* Estácio da Veiga reproduz a pp. 27 a seguinte tradução, transmitida por Hübner:

«Saude aos que passam. Evéno e Antiochis (nome do paé e da mãe) erigiram este monumento á memoria de seu proprio e mui querido filho Taciano, que viveu um anno e vinte... dias. Saude aos que passam...»

Esta versão não está errada, mas preferimos dar-lhe outra forma, até porque as exigências ortográficas de hoje são diversas. Assim, e reservando para o comentário a razão da tradução de certas formas, diremos:

«SALVE!

EVENO E ANTIÓQUIDA, À MEMÓRIA DE SEU  
FILHO, MUITO QUERIDO, TACIANO, FALE-  
CIDO COM UM ANO E VINTE DIAS.

SALVE!

EIS O DESTINO HUMANO!»

*Comentário:*

a) *Χέρετε*: fórmula de saudação, à semelhança da que se encontra na epigrafia latina. Para usar um só vocábulo na tradução não sabemos de melhor palavra que lhe corresponda do que o português «salve». A forma do texto corresponde ao clássico *Χαίρετε*. Em Froehner, *op. laud.*, estão registadas variantes fonéticas deste imperativo, tanto no singular como no plural: *χέρε* (n.º 246), *χαίραι* (n.º 217), *χάρε* (n.º 219). Trata-se afinal da redução do ditongo *αι* a *ε*, tendência que se generalizou, a ponto de, no grego moderno, *αι* se pronunciar *ε* (cf. Lejeune, *Phonétique*, p. 200).

b) A *Εὔηρος* ou *Εὐηρός* corresponde o latim *Euenos/-nus*. Aquela dualidade gráfica deve ter provocado o aparecimento de formas como *Euenus* (*CIL*, II, 4534). Hübner dá no *CIL* preferência à forma proparoxítone, se bem que dicionaristas como A. Bailly considerem melhor a forma oxítone.

c) A Ἀντιοχείς corresponde o latim *Antiochis* que, sob a forma *Antiocis*, é abonado pela epigrafia hispano-romana (cf. *CIL*, II, 712 e 2292 [= 2334?]). A dualidade de grafias *ει/ι* explica-se pelas mesmas razões há pouco apontadas para a forma *Χέρετε*. Tudo isto deveria levar a uma forma portuguesa, proveniente de um acusativo de tipo grego, paroxítona. Mas, na verdade, os lexicógrafos da língua latina (cf., p. ex., Gaffiot) registam *Antiochis*, *-idis* com o penúltimo *i* breve, o que nos levou a optar pela proparoxítona.

d) Ἰδίω τέκνω: noutras textos epigráficos, expressões similares são precedidas do artigo. Sirva de exemplo a seguinte: τῷ ἰδίῳ ἀνδρὶ (cf. Froehner, n.º 230).

e) Μνήμης χάριεν, em que *χάριεν* está por *χάριεν* (pelas mesmas razões de ordem fonética já apontadas), é expressão muito frequente na epigrafia (cf. Froehner, n.ºs 230, 248, 252, etc.).

f) Falta-nos comentar o vocábulo gravado na base da árula e que, embora truncado, Hübner identificou no *CIL* com ταῦτα por comparação com outras inscrições que cita e nas quais ele está completo. Diz, no entanto, que ainda não encontrara interpretação convincente para a palavra que julgava estar com o valor de uma fórmula cujo sentido se aproximaria do latim «haec est vitae humanae condicio [*sic*]». Pensamos que Hübner tinha razão, tanto mais que este vocábulo já vem consignado nos dicionários com aquele sentido ou outro muito aproximado (cf. os exemplos citados por Bailly, com a significação de «as coisas deste mundo», no ático). A dificuldade está em encontrar um termo português que lhe corresponda. Propomos, por isso, de momento, uma expressão do tipo de «eis o destino humano» ou de «tudo a isto vem» que figura no célebre epitáfio de Gil Vicente.

Dezembro de 1966.

## XXII. NÓTULA ACERCA DO «ANONYMVS NEAPOLITANVS»

Há pouco mais de um século, o grande epigrafista e arqueólogo italiano que foi G. Battista de Rossi encon-

trou na Biblioteca Nacional de Nápoles um códice «qui», informa Hübner (22), «syllogam continet titulorum repertorum Olisipone et in locis circumiacentibus sexaginta trium et praeterea Tarraconensis unius et Valentinorum trium...».

Como o manuscrito, que deve datar do último quartel do séc. XVI (23), não estava assinado nem foi possível identificar o seu autor, Hübner denominou-o, *loc. cit.*, «Anonymus Neapolitanus», designação que permaneceu.

Entre as inscrições da Lusitânia transcritas, contam-se trinta e seis que nenhum outro investigador conhecido copiou, o que torna esta colectânea uma fonte preciosa para o estudo da epigrafia lusitano-romana, especialmente da região olisiponense.

Pelas minuciosas referências de Hübner (24) verifica-se que o autor não adoptou qualquer critério rígido a ordenar os textos que pôde coligir. Estudando a sequência destes, fica-se com a impressão não só de que ele residia em Lisboa e efectuava digressões pela cidade e arredores e viagens a outros pontos mais afastados, como também de que era durante esses passeios ou viagens que ia tomando nota das inscrições à medida que deparava com elas, o que não exclui evidentemente a hipótese de pelo menos boa parte dessas deslocações ter tido por objectivo primacial a sua cópia.

Assim, a colectânea inicia-se com inscrições do termo de Sintra, a que se seguem textos de Lisboa e um de Tomar. Vêm depois mais três monumentos olisiponenses, dois de Santarém, mais onze de Lisboa e um de Sacavém. Na fol. 36, encontram-se inscrições de Oeiras, «San Domyngos», «Caparil», «Orngro» e «Fraionaes». Os textos n.ºs 38, 39 e 40 são, de novo, lisbonenses, enquanto se atribuem a Colares o n.º 41, à Foz de Colares os n.ºs 42 e 43, a «Poianos» o n.º 44, a Odrinhas os n.ºs 45-56, à Codeceira o n.º 57 e, finalmente, a Lisboa os n.ºs 58-63.

(22) Cf. *CIL*, II, p. 692.

(23) Cf. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa, 1944, pp. 77, 78 e 286.

(24) Não nos foi possível até o momento obter uma reprodução do manuscrito.

Parece, pois, que o autor teria visitado primeiro o termo de Sintra e efectuado depois, sucessivamente, uma digressão por Lisboa, que o levou talvez até Xabregas (25), uma viagem a Tomar, outro passeio por Lisboa (aliás pouco frutuoso), uma viagem a Santarém, uma terceira digressão por Lisboa, durante a qual teria alcançado Sacavém, uma excursão à região de Oeiras-Caparide, uma visita à igreja lisbonense de S. Paulo, um passeio a Colares e à zona de Odrinhas e, por último, uma quinta digressão por Lisboa.

Se estas conclusões são acertadas, poderemos então rever, com alguma segurança, não apenas a localização de uma das inscrições, como ainda a identificação já proposta de certos topónimos contidos na colectânea.

Principiaremos pelo epitáfio de *Q. Caesius Fundanus* (*Anon. Neap.* 32 = *CIL*, II, 4997).

É no manuscrito de Nápoles atribuído a «San Domyngos» e Hübner integrou-o nas «inscriptiones Olisiponenses» e não no grupo das «inscriptiones agri Olisiponensis», o que significa que o ilustre investigador, sem explicitamente o afirmar, identificou esse «São Domingos» com a igreja da Baixa de Lisboa, o que aliás não era descabido, porque, desde longa data, se têm encontrado nesta área da cidade restos lusitano-romanos importantes (26).

Simplemmente acontece que no códice de Nápoles se transcreve esse monumento entre os de Oeiras (n.ºs 29-31 = *CIL*, II, 5016, 5011 e 5009) e o de «Caparil», ou seja Caparide (n.º 33 = *CIL*, II, 5022) (27), o que nos leva a admitir que o epitáfio de Césio Fundano estivesse, na altura em que foi copiado, em S. Domingos de Rana, povoação que fica precisamente no caminho de Oeiras para Caparide, pela aldeia de Tires.

(25) No séc. XVI esta localidade era ainda um arrabalde afastado de Lisboa.

(26) Recordaremos apenas o cemitério descoberto há poucos anos no subsolo da praça da Figueira.

(27) Porque se seguem à de Caparide sem indicação de local, devem ser da mesma povoação as inscrições n.ºs 34 (= *CIL*, II, 5021) e 35 da colectânea, embora a segunda tenha sido vista e copiada mais tarde no jardim do senhor de Pombeiro, junto da igreja paroquial dos Anjos, em Lisboa (cf. *CIL*, II, n.º 211 e p. 692).

Quanto às inscrições de «Orngro» (n.º 36 = *CIL*, II, 5012) e «Fraionaes» (n.º 37 = *CIL*, II, 5015), evidentes erros de leitura ou de cópia, não nos foi possível determinar a sua origem, pelo menos de maneira satisfatória. Apenas julgamos poder afirmar que as localidades de que provêm se devem situar numa zona relativamente fácil de alcançar para quem estivesse em Caparide e dispusesse dos meios de transporte do séc. XVI.

A título de mera sugestão, aventuramos, por agora, as seguintes identificações: «Orngro» seria o Clérigo<sup>(28)</sup>, sítio junto de Trajouce, e «Fraionaes», a aldeia dos Francos (hoje simplesmente A-dos-Francos), no curso superior da ribeira da Laje. Do que duvidamos é que «Fraionaes» seja Fanhões, freguesia do concelho de Loures, como se admite no *CIL*<sup>(29)</sup>.

Resta-nos, agora, o epitáfio de *M. Atilius Tanginus* (*Anon. Neap.* 44 = *CIL*, II, 5010), atribuído a «Poianos», identificado no *Corpus* (cf. *Suppl.*, p. 1218 e mapa dos «Vicinia Olisiponis») com um lugar que aí se designa por «Poiães» e que é, sem dúvida, a quinta dos Poiães Vermelhos ou simplesmente dos Poiães, situada entre a Ameixoeira e Chelas.

Também acerca desta identificação algo temos a dizer: se bem que exista incontestável semelhança entre «Poianos» e «Poiães», a circunstância de o monumento ter sido, na colectânea, incluído entre os textos da Foz de Colares (n.ºs 42-43; *CIL*, II, p. 693, nota aos n.ºs 259 e 258) e os de Odrinhas (n.ºs 45-56) leva-nos a identificar «Poianos» com Pianes (<*Paio Anes?*)<sup>(30)</sup>, lugar

(28) Eis como justificamos esta identificação: a conhecida forma ant. *crérigo* facilmente poderia ser deturpada pelo povo em *cregro* ou *cregro*. Ora, é muito provável que o autor do manuscrito, ao deparar com uma inscrição, se limitasse a perguntar à primeira pessoa que aparecia o nome do sítio. Uma má leitura ou um erro de cópia também facilmente poderiam transformar *Cregro* em *Orngro*.

(29) Cf. vol. II, p. XXXIX, e *Suppl.*, p. 1212 e mapa dos «Vicinia Olisiponis».

(30) A *Carta Corográfica de Portugal na Escala de 1/50 000*, fol. 34-A (ed. de 1952), regista no local os seguintes topónimos: *Cabecinbos de Pianos*, *Casal dos Pianos* e *Lomba dos Pianos*.

da freguesia de S. João das Lampas, que fica no caminho de quem da foz da ribeira de Colares se dirija, pelo litoral, para S. Miguel de Odrinhas.

Março de 1967.

### XXIII. NOTAS A INSCRIÇÕES DA REGIÃO COLIPONENSE

#### 1. *O epitáfio de «M. Frontonius Fronto» (CIL, II, 345)*

Encontra-se ainda metido na muralha do castelo de Leiria, junto da porta principal. Por baixo dele está uma base de ara igualmente lusitano-romana mas que deve ter feito parte doutro monumento (fig. 4).

Eis os resultados do exame do texto a que procedemos em 12 de Março de 1967:

*1.ª linha* — Tem exarado apenas D M S, sem quaisquer pontos (ou sinais equivalentes), ao contrário do que se vê na transcrição do *CIL* e na segunda de Silva Araújo<sup>(31)</sup>. Curioso o traçado do M que apresenta na extremidade inferior da primeira perna um traço anormalmente extenso.

*2.ª linha* — Está praticamente correcta em Silva Araújo<sup>(32)</sup> e inexacta no *CIL*. Com efeito, após o último N, distingue-se perfeitamente o I.

*3.ª linha* — Não notámos qualquer sinal de separação entre o O e o F.

*4.ª linha* — Distingue-se ainda o S, embora lhe falte já a parte superior, e depois do M está uma folha de hera.

*5.ª linha* — Lê-se claramente AVITVS, como aliás já notara W. C. Trevelyan<sup>(33)</sup>. Não conseguimos ver qualquer sinal entre o S e o P.

<sup>(31)</sup> Cf. *Bol. Architectonico e d'Archeologia*, 2.ª Série, n.º 10 (1876), p. 149 (compare-se com a primeira, publicada no n.º 1 (1874), p. 11, do mesmo *Boletim*).

<sup>(32)</sup> Apenas, este autor indicou um ponto onde, de facto, está um triângulo.

<sup>(33)</sup> Cf. *CIL*, II, p. 695 (v. também p. 813). A primeira transcrição de Silva Araújo apresenta esta linha com todo o rigor.

6.<sup>a</sup> linha — Com luz favorável, observa-se, ainda que com certa dificuldade, o O de PISSIMO, que tem, todavia, a particularidade de medir apenas 3 cm. de altura, enquanto o M que o antecede atinge os 5,5 cm. Nada encontramos entre o I de TRI e o P.

7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> linhas — Não vimos nelas quaisquer sinais de separação.

Além do que observámos relativamente ao M da linha inicial, o texto apresenta, no aspecto paleográfico, uma particularidade digna de menção: os 00 são, na sua maioria, constituídos por dois arcos de circunferência, que ou se encontram e formam um arco quebrado, ou não chegam a tocar-se.

Como nota final, diremos que o texto está completo, ao contrário do que se indica no *CIL* e em Silva Araújo.

## 2. O epitáfio de «Albura» (*CIL*, II, 341)

Continua — infelizmente — metido na muralha do castelo de Leiria, do lado de dentro da porta principal, à direita de quem entra.

Estudámo-lo também em 12 de Março de 1967.

Quer a leitura de Hübner, quer as de Silva Araújo, *loc. cit.*, são praticamente correctas. Os sinais de separação usados são triângulos e não pontos.

## 3. O monumento consagrado a Antonino Pio (*CIL*, II, *Suppl.*, 5232)

Este belo monumento em magnífica letra do séc. II (figs. 5 e 6) continua sujeito às intempéries e à mercê de quem o queira vandalizar, na face interna da parede norte da igreja do castelo de Leiria, onde o observámos em 12 de Março de 1967, com os seguintes resultados:

1.<sup>a</sup> linha — Dela só resta ANTONIN.

2.<sup>a</sup> linha — A abreviatura AVG está quase destruída, bem como a parte superior do P de PIO.

4.<sup>a</sup> linha — Não está completa nem em Silva Araújo<sup>(34)</sup> nem em Hübner: o primeiro V de SAECV/LORVM

<sup>(34)</sup> Cf. *Bol. Architectonico* ..., 2.<sup>a</sup> Série, n.º 12 (1876), pp. 188-191.

está bem visível na pedra, incluso no C. Após OMNIVM encontra-se um triângulo de distinção.

6.<sup>a</sup> linha — É realmente TALOTIVS que exararam na lápide.

7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> linhas — A leitura de Silva Araújo é a exacta: COL/LIPPONENSIS e não COL/LIP $\rho$ ONENSIS, como julgou Hübner.

9.<sup>a</sup> linha — Correcta em Silva Araújo. O C é ainda perfeitamente legível, embora um pouco sumido na metade inferior. O E com que a linha termina está muito destruído.

11.<sup>a</sup> linha — Lemos sem dificuldade COLLIPPO-NENSIVM <sup>(35)</sup>.

12.<sup>a</sup> linha — Já está destruída a parte terminal do M.

14.<sup>a</sup> linha — Falta também já o T do segundo ET.

15.<sup>a</sup> linha — Destruídos parcialmente o O e o último N.

16.<sup>a</sup> linha — Certa em Hübner.

17.<sup>a</sup> linha — Lemos: XIII K OCTOBR  $\blacktriangledown$  IMP  $\blacktriangledown$  CAES. O S é perfeitamente visível.

18.<sup>a</sup> linha — O L inicial já quase desapareceu.

19.<sup>a</sup> linha — Nela está exarado VMIDIO, como diz Silva Araújo, o que aliás nada tem de extraordinário (cf., por ex., *CIL*, II, 4593). Em QVADRATO, o T está completo e o O é mais pequeno que os restantes caracteres. O primeiro I do III desapareceu.

20.<sup>a</sup> linha — Nela lemos COS  $\blacktriangledown$  II VIR.

21.<sup>a</sup> linha — Entre ALLIO e MAXIMO não há qualquer sinal.

22.<sup>a</sup> linha — Certa em Silva Araújo; deficiente em Hübner.

Diremos ainda, como apostila de carácter geral, que, se exceptuarmos a *bedera distinguens*, de traçado fino e caprichoso, da 2.<sup>a</sup> linha, os sinais exarados na pedra são sempre triângulos <sup>(36)</sup>.

<sup>(35)</sup> Silva Araújo tem COLLPPONENSIVM, mas deve tratar-se de mera gralha tipográfica.

<sup>(36)</sup> É curioso notar que alguns deles estão exarados umas vezes junto da cabeça das letras, outras vezes quase no pé.

4. O *epitáfio de «Tolia Maxima»* (CIL, II, 349)

Na parede noroeste da torre esquerda (de quem olha para a fachada) da matriz de Maceira, encontra-se embutida uma tábula de mármore com o texto seguinte, datável do séc. I d. C. (fig. 7):

D M  
TOLIAE  
MAXIMAE  
[A]NN XXXX  
CLAVDIVS  
TIBERIANVS  
VCSORI  
[PI]ENTISSIMAE

Como já indicámos, esta inscrição foi publicada no *CIL*, mas com algumas deficiências.

Não conhecemos outra abonação para o nome *Tolia* pelo que nos perguntamos se não se tratará de mera variante de *Toria*, fem. de *Torius* (= *Thorius*), abonado na Península pelo texto n.º 3270 do *CIL* (37). Seja como for, o que é de rejeitar é a hipótese, aventurada por Hübner, de estar exarado na lápide o vocábulo *Folia* (38).

## 5. O texto do castelo de Porto de Mós (CIL, II, Suppl., 5237)

No cunhal da torre nordeste deste castelo, estudámos ainda na data acima indicada (39), o texto de que vamos

(37) É, todavia, registado por Holder, *Alt-Celt. Sprachschatz*. Leipzig, 1904, decomposto em *Tol-ia* (cf. col. 1871).

(38) Observámos e fotografámos este monumento também em 12 de Março de 1967.

(39) Quando desta visita, tivemos ocasião de observar uma grande tulha escavada na encosta do monte do castelo e recentemente descoberta.

dar uma transcrição que difere das de Silva Araújo (40) e de Hübner:

D M S  
C ▼ A ▼ M  
ANN L[X]X  
CLAVDIVS  
IVLIANVS  
PA [ ▼ ] PISSIMO  
[F] C

No que respeita à segunda linha, limitamo-nos a subscrever a frase de Hübner, *loc. cit.*: «Nomina patris incerta sunt.»

Na 4.<sup>a</sup> linha, o S está levemente danificado, o mesmo acontecendo com o O da 6.<sup>a</sup>

O C final é perfeitamente visível. Escapou, porém, a J. Francisco Barreiros Calado e é omitido, igualmente, no *CIL*.

Caracteres de 6,5 a 7,5 cm de altura.

#### XXIV. DUAS INSCRIÇÕES DA SENHORA DE AIRES (VIANA DO ALENTEJO)

##### 1. *A ara de «Marius Letoides» (CIL, II, 88)*

Foi, com a que estudaremos a seguir, por nós examinada em 19 de Março de 1967.

A transcrição do *CIL* pode considerar-se perfeita. Sòmente, onde nesta obra se indicam pontos, existem realmente triângulos e não conseguimos ver, na última linha, qualquer sinal após o T (v. fig. 8).

Quando à 7.<sup>a</sup> linha, aventuramos o seguinte desenvolvimento das quatro primeiras siglas que nela estão exaradas: H(*ic*) s(*itus*) e(*st*) m(*ortuus*). Ele parece-nos mais plausível do que o sugerido por Hübner: H(*oc*) s. e. m(*onumento*).

(40) Cf. *Boletim Architectonico...*, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 12, p. 187.

A ara tem esculpida, na ilharga direita de quem olha para o texto, uma *patera manubriata*, com o cabo para cima, e, na ilharga esquerda, um *gutturium*, como o monumento das Cortes-Pereira (Alcoutim), que foi publicado incorrectamente no *Supplementum* ao vol. II do *CIL*, sob o n.º 5176, e estudado, há anos, por um de nós (B. F.) em comunicação apresentada ao Instituto Português de Arqueologia.

2. O monumento de «*Maria Euprepia*» (*CIL*, II, 89)

Também se pode classificar de satisfatória a lição apresentada por Hübner. No entanto, não queremos deixar de registar a propósito as seguintes observações que consideramos mais importantes (v. fig. 9):

1.<sup>a</sup> linha — Nela estão realmente exarados DMSC e não uma *hedera* após o S, como supôs Hübner. Eis a leitura que, com a máxima reserva, sugerimos: D(*iis*) M(*anibus*) S(*a*)c(*rum*).

3.<sup>a</sup> linha — Na pedra, está, de facto, QVAI e o F é exactamente igual aos EE do texto, o que justifica a leitura EATE de Cenáculo.

6.<sup>a</sup> linha — O B é aberto em baixo, o que levou Cenáculo a ler REN.

9.<sup>a</sup> linha — Nela apenas há a registar a forma pouco vulgar (mas não inédita) do G.

Eis a transcrição que o exame da ara nos autoriza:

D M S C  
 MARIA EVPREPI  
 A QVAI FATE  
 CONCESSERV  
 NT VIVERE A  
 NIS XXXXV BEN  
 EMERENTI MO  
 DESTVS CONIV  
 GI SVE POSVIT (41)

(41) Em linha alguma conseguimos ver pontos ou quaisquer outros sinais de separação.

Caracteres de 4-5 cm de altura.

Na ilharga direita da ara, está um baixo-relevo que representa uma *patera manubriata*, com a pega virada para baixo, e, na esquerda, um *gutturium*.

Note-se ainda os cognomes gregos *Letoides* (*Λητοίδης*: Apolo) e *Euprepia* (*εὐπρέπεια*: de belo aspecto, de ar nobre) nos dois monumentos da Senhora de Aires.

## XXV. A INSCRIÇÃO FUNERÁRIA DE SANTA MARI-NHA <sup>(42)</sup>

1. Num «chafurdão» existente na herdade de S.<sup>ta</sup> Marinha, situada a 1.500 m a S. S. W. da estação do caminho de ferro de Castelo de Vide <sup>(43)</sup>, foi há tempos exumado um grande paralelepípedo de granito <sup>(44)</sup>, com a seguinte inscrição em capitais de 7 a 9 cm de altura (v. fig. 10):

G · DOMI  
TIVS ·  
MV[STA]  
RI · F · CLV ·  
AN · XXX  
III  
H · S · E

O estado de conservação do monumento é satisfatório; apenas uma grande pancada destruiu a metade superior dos três últimos caracteres da terceira linha.

<sup>(42)</sup> De colaboração com Manuel Gustavo Marques que, em 21 de Março de 1967, examinou a pedra e no-la descreveu sucintamente.

A presente nota baseia-se no estudo do monumento a que procedemos em 2 de Julho, seguinte.

<sup>(43)</sup> O chafurdão em referência encontra-se no canto nordeste dessa herdade, a 150 m da passagem de nível da estrada de Castelo de Vide para Portalegre (E. N. 246).

<sup>(44)</sup> As suas dimensões são: *altura*, 122 cm; *largura*, 46; *espessura*, 20. A face dorsal apresenta dois grandes sulcos longitudinais paralelos.

*Mustari* é o genitivo de *Mustarus*, cognome muito pouco vulgar na Península (45).

Como nas inscrições n.ºs 162 e 163 do vol. II do *CIL*, provenientes também da região amaiense, CLV deve estar por *Cluniensis*, o que significa que o indivíduo sepultado em S.<sup>ta</sup> Marinha seria originário de Clúnia, importante cidade da Tarraconense.

Pelo tipo da letra, atribuímos o epitáfio à segunda metade do séc. I.

2. O monumento, que acabamos de estudar, proviio certamente do cemitério lusitano-romano existente na herdade, o qual é atestado, ainda hoje, por numerosas sepulturas, mais ou menos danificadas. Ele manteve-se para aquém da época indicada, como o comprovam algumas sepulturas antropomórficas abertas em rocha, que examinámos, quer na visita de 21 de Março, quer na de 2 de Julho.

Diremos, por último, que esta necrópole pode estar relacionada com a «cidade de mouros», que, conforme tradição local, teria existido no Mascarro, prédio rústico situado a menos de 1,5 Km a oeste de S.<sup>ta</sup> Marinha e no qual, segundo nos relataram, se encontram restos de paredes antigas (46).

Julho de 1967

---

(45) Cf. *CIL*, II, 904 [cf. também 3040].

(46) Não é improvável que o Mascarro e Santa Marinha tenham constituído, na época lusitano-romana, um único latifúndio. A *villa* localizar-se-ia na primeira destas herdades; o cemitério respectivo, na segunda.



Fig. 1



Fig. 2

Escala aprox. de 1:2,7  
(Desenho de B. F.)



Fig. 3

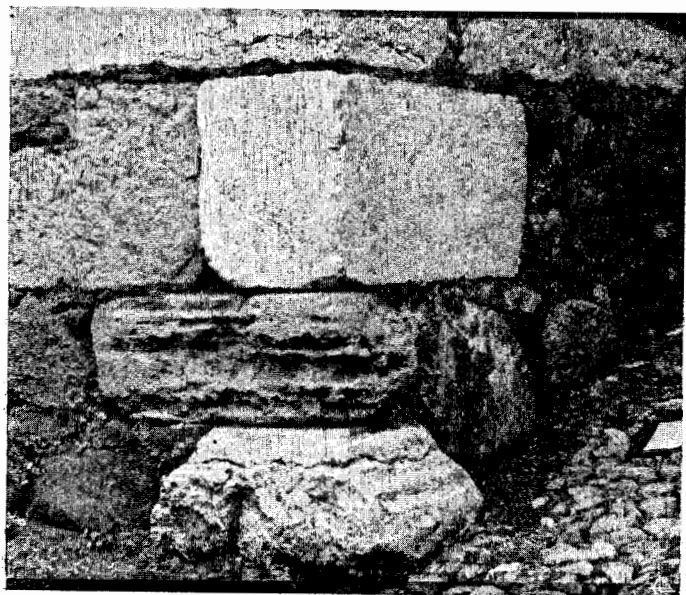


Fig. 4



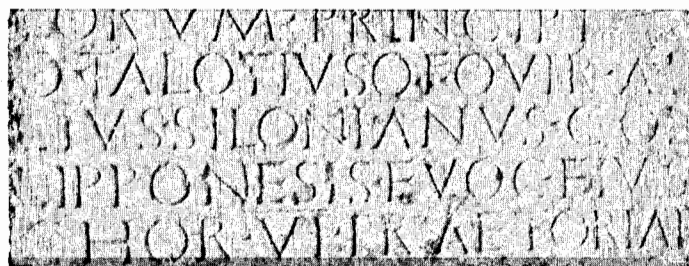


Fig. 6



Fig. 7



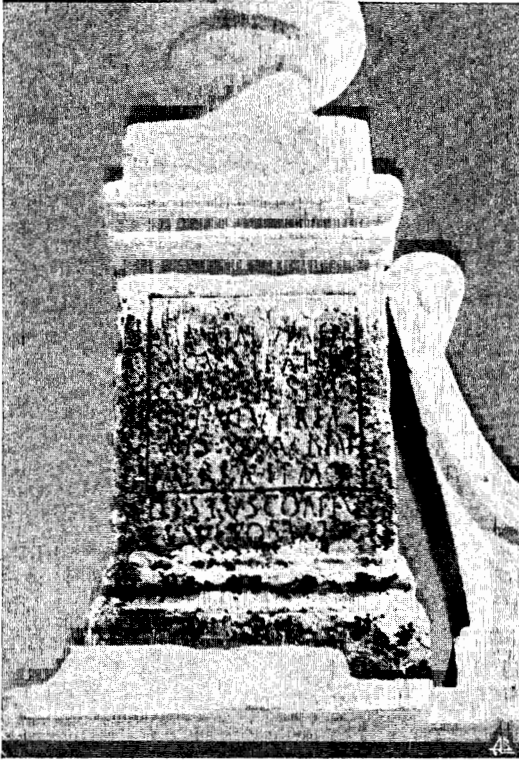


Fig. 9

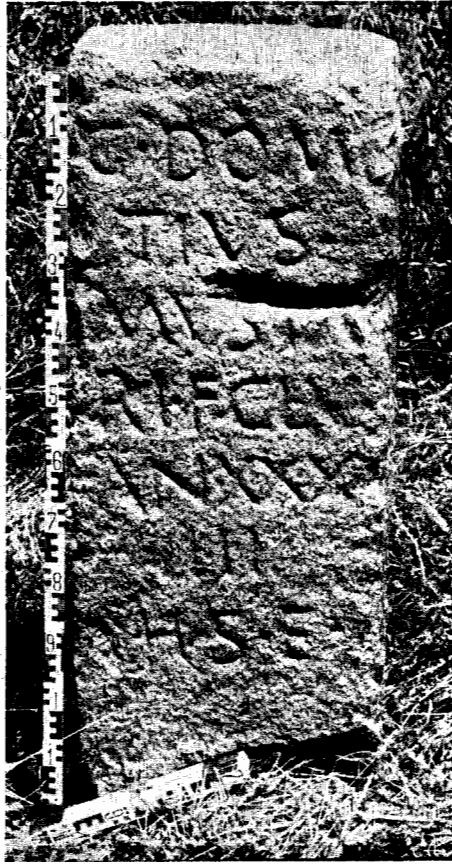


Fig. 10